

Aula 11

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo
Estratégico de Noções de Direito
Constitucional - 2025 (Pós-Edital)*

Autor:
Tulio Lages

23 de Junho de 2025

Índice

1) O que é mais cobrado no assunto - Partidos Políticos - Instituto AOC	3
2) Roteiro de Revisão - Partidos Políticos	4
3) Questões Estratégicas - Partidos Políticos - Instituto AOC - Único	11
4) Questionário de Revisão - Partidos Políticos	15
5) Referências Bibliográficas	19



O QUE É MAIS COBRADO DENTRO DO ASSUNTO?

A análise refere-se ao período de **2015 a 2025**, abrangendo provas realizadas pela banca **Instituto AOCP**.

Considerando os tópicos que compõem o nosso assunto, possuímos a seguinte distribuição percentual:

Tópico	% de cobrança Instituto AOCP
Liberdade de criação, fusão, incorporação e extinção (art. 17, caput e incisos I a IV da CF)	25,00%
Autonomia (art. 17, § 1º da CF)	0,00%
Registro (art. 17, § 2º da CF)	25,00%
Vedação de utilização de organização paramilitar (art. 17, § 4º da CF)	25,00%
Acesso e utilização dos recursos do fundo partidário (art. 17, §§ 3º e 5º da CF)	25,00%



ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

A ideia desta seção é apresentar um roteiro para que você realize uma revisão completa do assunto e, ao mesmo tempo, destacar aspectos do conteúdo que merecem atenção.

Para revisar e ficar bem-preparado no assunto, você precisa, basicamente, compreender bem o art. 17 da CF/88, buscando a sua memorização paulatina, atentando-se especialmente para os pontos e orientações a seguir:

Liberdade de organização dos partidos políticos

CF/88, art. 17. É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos:

I - caráter nacional;

II - proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes;

III - prestação de contas à Justiça Eleitoral;

IV - funcionamento parlamentar de acordo com a lei.

- A liberdade de organização dos partidos é condicionada à observância dos preceitos previstos nos incisos I a IV, ou seja, não se trata de uma liberdade absoluta.

- Só poderá ser reconhecido como partido político aquele que tiver repercussão em todo país – “caráter nacional” (inciso I).

- Coaduna com o princípio da soberania nacional (*caput*) a proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes (inciso II).

- A Justiça Eleitoral realiza a fiscalização das contas dos partidos políticos, devendo estes lhe prestar contas (inciso III).

- Convém mencionar que os partidos políticos possuem imunidade tributária, nos termos do art. 150, inciso VI, alínea "c", da CF/88:

CF/88, art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: (...)

VI - instituir impostos sobre: (...)

c) patrimônio, renda ou serviços dos **partidos políticos**, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;



Autonomia partidária

CF/88, art. 17, § 1º É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna e estabelecer regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos permanentes e provisórios e sobre sua organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações nas eleições majoritárias, vedada a sua celebração nas eleições proporcionais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária.

- A autonomia partidária visa a impedir a ingerência do Poder Público sobre os partidos políticos. Apesar da autonomia concedida, a CF/88 obriga os partidos a estabelecerem normas de disciplina e fidelidade partidária.

Veda-se expressamente a celebração de coligações partidárias nas eleições proporcionais (ou seja, para deputados federais, estaduais, distritais e vereadores), mantendo-se, por outro lado, tal faculdade para as eleições majoritárias (ou seja, para Presidente da República, Governadores de Estados e do DF, Prefeitos e Senadores).

- Candidatura nata:

A candidatura nata corresponde ao direito do titular do cargo eletivo de ser obrigatoriamente escolhido e registrado pelo partido político como candidato à reeleição. Trata-se de uma hipótese **não admitida no Brasil**, sendo **inconstitucional por ferir a autonomia interna dos partidos**, conforme entendimento do STF.

JURISPRUDÊNCIA

"A "candidatura nata", prevista no art. 8º, § 1º, da Lei n. 9.504/1997, é incompatível com a Constituição Federal, tanto por violar a isonomia entre os postulantes a cargos eletivos quanto por atingir o âmago da autonomia partidária. (...) Não existe no Brasil a candidatura nata, ou seja, o direito de o titular do mandato eletivo ser, obrigatoriamente, escolhido e registrado pelo partido como candidato à reeleição" ¹.

Aquisição de personalidade jurídica e registro do estatuto no TSE

CF/88, art. 17, § 2º Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.

- Os partidos devem registrar seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), nada obstante, são entidades de direito privado.

¹ STF – ADI 2530



CUIDADO! Primeiro, o partido adquire personalidade jurídica (na forma prevista pela lei **civil**) e, **somente depois disso**, ele registra seu estatuto no TSE.

- O procedimento de registro partidário no âmbito do TSE possui caráter materialmente administrativo (não jurisdicional, portanto)².

Recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão

CF/88, art. 17, § 3º Somente terão direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei, os partidos políticos que alternativamente:

I - obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 3% (três por cento) dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 2% (dois por cento) dos votos válidos em cada uma delas; ou

II - tiverem eleito pelo menos quinze Deputados Federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação.

- Instrumentos conferidos pela CF/88 para que os partidos políticos desempenhem suas atividades: **recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão** (§ 3º).

Perceba que o § 3º prevê requisitos para que o partido político tenha direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão (chamado de “direito de antena”), impondo quantitativos mínimos de votos válidos nas eleições para a Câmara dos Deputados e de Deputados Federais eleitos.

- Há regra de transição para a plena vigência dos requisitos restritivos previstos no art. 17, § 3º, da CF/88, que só serão aplicáveis a partir das eleições de 2030, consoante art. 3º, parágrafo único, da EC 97/2017.

Até lá, o acesso aos recursos do fundo partidário e à propaganda gratuita no rádio e na televisão será concedido aos partidos políticos que:

EC 97/2017, art. 3º, parágrafo único, I - na legislatura seguinte às eleições de 2018:

a) obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 1,5% (um e meio por cento) dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 1% (um por cento) dos votos válidos em cada uma delas; ou

b) tiverem eleito pelo menos nove Deputados Federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação;

II - na legislatura seguinte às eleições de 2022:

a) obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 2% (dois por cento) dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 1% (um por cento) dos votos válidos em cada uma delas; ou

² STF – RE 164.458-AgR.



b) tiverem elegido pelo menos onze Deputados Federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação;

III - na legislatura seguinte às eleições de 2026:

a) obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 2,5% (dois e meio por cento) dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 1,5% (um e meio por cento) dos votos válidos em cada uma delas; ou

b) tiverem elegido pelo menos treze Deputados Federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação.

Resumindo:

Partidos políticos: condições alternativas para fazer jus a recursos partidários e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei, previstas na CF/88			EC 97/2017, art. 3º, parágrafo único			EC 97/2017 art. 3º, caput e CF/88, art. 17, § 3º
			inciso I	inciso II	inciso III	
			Legislatura seguinte às eleições de			A partir das eleições de
			2018	2022	2026	2030
Condição 1	Eleições para a Câmara dos Deputados	Mínimo de votos válidos distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação	1,5%	2%	2,5%	3%
		Mínimo de votos válidos em cada uma das unidades da Federação	1%	1%	1,5%	2%
Condição 2	Mínimo de Deputados Federais eleitos distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação		9	11	13	15

Vedação de utilização de organização paramilitar

CF/88, art. 17, § 4º É vedada a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar.

- Trata-se de regra que guarda coerência com a prevista no art. 5º, XVII, da CF/88:

CF/88, art. 5º, XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;

Janela partidária

CF/88, art. 17, § 5º Ao eleito por partido que não preencher os requisitos previstos no § 3º deste artigo é assegurado o mandato e facultada a filiação, sem perda do mandato, a outro partido que os tenha atingido, não sendo essa filiação considerada para fins de distribuição dos recursos do fundo partidário e de acesso gratuito ao tempo de rádio e de televisão.

- Trata-se de janela partidária prevendo que o eleito por partido que não preencha os novos requisitos restritivos para ter direito ao fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão impostos no § 3º do mesmo artigo possui assegurado o mandato e facultada a filiação, sem perda do mandato, a outro partido que os tenha atingido.



Entretanto, essa filiação não será considerada para fins de distribuição dos recursos do fundo partidário e de acesso gratuito ao tempo de rádio e de televisão.

Fidelidade partidária

CF/88, art. 17, § 6º Os Deputados Federais, os Deputados Estaduais, os Deputados Distritais e os Vereadores que se desligarem do partido pelo qual tenham sido eleitos perderão o mandato, salvo nos casos de anuência do partido ou de outras hipóteses de justa causa estabelecidas em lei, não computada, em qualquer caso, a migração de partido para fins de distribuição de recursos do fundo partidário ou de outros fundos públicos e de acesso gratuito ao rádio e à televisão.

- Os eleitos pelo sistema proporcional (ou seja, para deputados federais, estaduais, distritais e vereadores) que se desligarem do partido pelo qual tenham sido eleitos **perderão o mandato**, via de regra.

Essa regra geral é excepcionada nos casos de anuência do partido ou de outras hipóteses de **justa causa** estabelecidas em lei.

Em qualquer caso, não será computada a migração de partido para fins de distribuição de recursos do fundo partidário ou de outros fundos públicos e de acesso gratuito ao rádio e à televisão.

Vale lembrar que o STF entende que a regra de perda do mandato por infidelidade partidária é inaplicável ao sistema eleitoral majoritário, conforme precedente a seguir:

JURISPRUDÊNCIA

Salvo justa causa, a desfiliação e a infidelidade partidárias resultarão na perda do mandato. Tal regra, entretanto, se aplica somente aos parlamentares, não alcançando os candidatos eleitos pelo sistema majoritário, sob pena de violação da soberania popular e das escolhas feitas pelo eleitor. Nesse sentido: "Inaplicabilidade da regra de perda do mandato por infidelidade partidária ao sistema eleitoral majoritário. (...) As decisões no MS 26.602, no MS 26.603 e no MS 26.604 tiveram como pano de fundo o sistema proporcional, que é adotado para a eleição de deputados federais, estaduais e vereadores. As características do sistema proporcional, com sua ênfase nos votos obtidos pelos partidos, tornam a fidelidade partidária importante para garantir que as opções políticas feitas pelo eleitor no momento da eleição sejam minimamente preservadas. Daí a legitimidade de se decretar a perda do mandato do candidato que abandona a legenda pela qual se elegeu. O sistema majoritário, adotado para a eleição de presidente, governador, prefeito e senador, tem lógica e dinâmica diversas da do sistema proporcional. As características do sistema majoritário, com sua ênfase na figura do candidato, fazem com que a perda do mandato, no caso de mudança de partido, frustre a vontade do eleitor e vulnere a soberania popular (CF, art. 1º, parágrafo único; e art. 14, caput)"³.

³ STF – ADI 5081/DF.



Incentivos à participação política das mulheres e de pessoas pretas e pardas

CF/88, art. 17, § 7º Os partidos políticos devem aplicar no mínimo 5% (cinco por cento) dos recursos do fundo partidário na criação e na manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, de acordo com os interesses intrapartidários.

§ 8º O montante do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e da parcela do fundo partidário destinada a campanhas eleitorais, bem como o tempo de propaganda gratuita no rádio e na televisão a ser distribuído pelos partidos às respectivas candidatas, deverão ser de no mínimo 30% (trinta por cento), proporcional ao número de candidatas, e a distribuição deverá ser realizada conforme critérios definidos pelos respectivos órgãos de direção e pelas normas estatutárias, considerados a autonomia e o interesse partidário.

§ 9º Dos recursos oriundos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e do fundo partidário destinados às campanhas eleitorais, os partidos políticos devem, obrigatoriamente, aplicar 30% (trinta por cento) em candidaturas de pessoas pretas e pardas, nas circunscrições que melhor atendam aos interesses e às estratégias partidárias."

- São previstos os seguintes incentivos à participação política das mulheres:

a) recursos para a criação e manutenção de **programas de promoção e difusão da participação política das mulheres** – os partidos políticos devem aplicar pelo menos **5% dos recursos do fundo partidário** nessas ações;

b) os partidos devem direcionar **a candidaturas femininas**, no **percentual mínimo de 30%, proporcional ao número de candidatas**:

b1) o montante do Fundo Especial de Financiamento de Campanha;

b2) o montante da parcela do fundo partidário destinada a campanhas eleitorais;

b3) o tempo de propaganda gratuita no rádio e na televisão.

A distribuição deverá ser realizada conforme critérios definidos pelos órgãos de direção dos partidos e pelas normas estatutárias, considerados a autonomia e o interesse partidário.

- Incentivo à participação política de **pessoas pretas e pardas**:

A CF prevê que os partidos políticos devem, obrigatoriamente, aplicar **30% (trinta por cento)** dos recursos oriundos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e do fundo partidário destinados às campanhas eleitorais em candidaturas de pessoas pretas e pardas, nas circunscrições que melhor atendam aos interesses e às estratégias partidárias.

Perceba que são duas fontes de recursos: (i) o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (conhecido como "Fundo Eleitoral) e (ii) o fundo partidário.



Inconstitucionalidade das "doações ocultas"

O STF⁴ entende que doações ocultas retiram a transparência do processo eleitoral e dificultam o controle de contas pela Justiça Eleitoral e, com base nisso, declarou inconstitucional trecho da Lei das Eleições (9.504/1997), introduzido pela Minirreforma Eleitoral (Lei 13.165/2015), que permitia doações ocultas a candidatos.

⁴ STF – ADI 5394



QUESTÕES ESTRATÉGICAS

Nesta seção, apresentamos e comentamos uma amostra de questões objetivas selecionadas estrategicamente: são questões com nível de dificuldade semelhante ao que você deve esperar para a sua prova e que, em conjunto, abordam os principais pontos do assunto.

A ideia, aqui, não é que você fixe o conteúdo por meio de uma bateria extensa de questões, mas que você faça uma boa revisão global do assunto a partir de, relativamente, poucas questões.



1. (Instituto AOCP/2022/IPE Prev/Analista em Previdência-Direito) Considerando o tema partidos políticos e o seu regramento Constitucional, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

I. Ao eleito por partido que não preencher os requisitos para ter direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão é assegurado o mandato e facultada a filiação, sem perda do mandato, a outro partido que os tenha atingido, não sendo essa filiação considerada para fins de distribuição dos recursos do fundo partidário e de acesso gratuito ao tempo de rádio e de televisão.

II. Os Deputados Federais, os Deputados Estaduais, os Deputados Distritais e os Vereadores que se desligarem do partido pelo qual tenham sido eleitos perderão o mandato, salvo nos casos de anuência do partido ou de outras hipóteses de justa causa estabelecidas em lei, não computada, em qualquer caso, a migração de partido para fins de distribuição de recursos do fundo partidário ou de outros fundos públicos e de acesso gratuito ao rádio e à televisão.

III. Em virtude do fundamento Constitucional do pluralismo político, é permitida a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar.

- a) Apenas I.
- b) Apenas I e II.
- c) Apenas II e III.
- d) Apenas I e III.



e) Apenas III.

Comentários

Vamos analisar as afirmativas:

Afirmativa I - **verdadeira**. A alternativa replica o § 5º do artigo 17 da Constituição Federal.

Art. 17, § 5º Ao eleito por partido que não preencher os requisitos previstos no § 3º deste artigo é assegurado o mandato e facultada a filiação, sem perda do mandato, a outro partido que os tenha atingido, não sendo essa filiação considerada para fins de distribuição dos recursos do fundo partidário e de acesso gratuito ao tempo de rádio e de televisão.

Afirmativa II - **verdadeira**. A alternativa replica o § 6º do artigo 17 da Constituição Federal.

Art. 17, § 6º Os Deputados Federais, os Deputados Estaduais, os Deputados Distritais e os Vereadores que se desligarem do partido pelo qual tenham sido eleitos perderão o mandato, salvo nos casos de anuência do partido ou de outras hipóteses de justa causa estabelecidas em lei, não computada, em qualquer caso, a migração de partido para fins de distribuição de recursos do fundo partidário ou de outros fundos públicos e de acesso gratuito ao rádio e à televisão.

Afirmativa III - **falsa**. A alternativa contraria o § 4º do artigo 17 da Constituição Federal.

Art. 17, § 4º É vedada a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar.

Gabarito: Letra B.

2. (Instituto AOCP/2019/PC-ES/Auxiliar de Perícia Médico-Legal) Sobre as disposições constitucionais acerca dos partidos políticos, assinale a alternativa correta.

a) É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo e os direitos fundamentais da pessoa humana e observado, dentre outros, o preceito de funcionamento parlamentar de acordo com a lei.

b) Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tribunal Regional Eleitoral.



c) Terão direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei, os partidos políticos que obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 2% dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 3% dos votos válidos em cada uma delas.

d) É permitida, em algumas hipóteses previstas em lei especial, a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar.

e) Aos partidos políticos, é permitido o recebimento de recursos financeiros de governo estrangeiro.

Comentários

Letra A - **correta**. Conforme o inciso IV do artigo 17 da Constituição Federal.

Art. 17. É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos:

(...)

IV - funcionamento parlamentar de acordo com a lei.

Letra B - **incorreta**. Conforme o § 2º, artigo 17 da Constituição Federal, os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral, não no Tribunal Regional Eleitoral.

*Art. 17, § 2º Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no **Tribunal Superior Eleitoral**.*

Letra C - **incorreta**. A Constituição Federal assegura, no inciso I, do § 3º, artigo 17, da Constituição Federal, aos partidos políticos que obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 3% dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 2% dos votos válidos em cada uma delas, o direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão.

Art. 17, § 3º Somente terão direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei, os partidos políticos que alternativamente:

*I - obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, **3% (três por cento) dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 2% (dois por cento) dos votos válidos em cada uma delas; ou***



Letra D - **incorreta**. É vedada, conforme § 4º do artigo 17 da Constituição Federal, a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar.

Art. 17, § 4º É vedada a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar.

Letra E - **incorreta**. A conforme o inciso II do artigo 17 da Constituição Federal, é proibido aos partidos políticos o recebimento de recursos financeiros de governo estrangeiro.

Art. 17. É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos:

(...)

II - proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes;

Gabarito: Letra A.



QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

Perguntas

1. Complete as lacunas a seguir, a respeito dos preceitos a serem observados para a criação de um partido (art. 17).

1.1. É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania ____ (a) ____, o regime ____ (b) ____, o ____ (c) ____, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos:

1.1.1. caráter ____ (d) ____;

1.1.2. proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo ____ (e) ____ ou de subordinação a estes;

1.1.3. prestação de contas à Justiça ____ (f) ____;

1.1.4. funcionamento ____ (g) ____ de acordo com a lei.

2. Suponha que um grupo de pessoas de diversos estados da região nordeste, com o intuito de defender sua ideologia, tenha planos de criar um partido político com abrangência apenas naquela região. Como não dispõe de capital para bancar suas atividades, o grupo conseguiu com uma empresa canadense, sediada em Montreal, sem qualquer representação no Brasil, o custeamento de todas as despesas mensais, por apoiar as ideias a serem defendidas pelo futuro partido.

De acordo com o previsto na CF, o plano desse grupo seria possível?

3. Os partidos políticos devem obedecer a uma organização pré-definida quanto a sua estrutura interna e quanto à formação e duração de seus órgãos?

4. Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, deverão registrar os seus estatutos perante qual órgão?



5. Complete as lacunas a seguir, a respeito da regra para os partidos políticos terem direito aos recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão (art.17, § 3º):

5.1. De acordo com a CF/88, somente terão direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei, os partidos políticos que ____ (a) ____:

5.1.1. obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, ____ (b) ____ dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de ____ (c) ____ dos votos válidos em cada uma delas; ou

5.1.2. tiverem eleito pelo menos ____ (d) ____ Deputados Federais distribuídos em pelo menos ____ (e) ____ das unidades da Federação.

6. É permitida a utilização de organização paramilitares pelos partidos políticos?

7. Ao eleito por partido que não tenha atingido o número mínimo de Deputados Federais para ter acesso aos recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, o que lhe é facultado pela Constituição Federal?

8. Qual detentor de mandato eletivo perderá o cargo ao se desligar do partido pelo qual tenha sido eleito?

Perguntas com respostas

1. Complete as lacunas a seguir, a respeito dos preceitos a serem observados para a criação de um partido (art. 17).

1.1. É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania ____ (a) ____, o regime ____ (b) ____, o ____ (c) ____, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos:

1.1.1. caráter ____ (d) ____;

1.1.2. proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo ____ (e) ____ ou de subordinação a estes;

1.1.3. prestação de contas à Justiça ____ (f) ____;



1.1.4. funcionamento ____ (g) ____ de acordo com a lei.

(a) nacional	(b) democrático	(c) pluripartidarismo	(d) nacional	(e) estrangeiros
(f) Eleitoral	(g) parlamentar			

2. Suponha que um grupo de pessoas de diversos estados da região nordeste, com o intuito de defender sua ideologia, tenha planos de criar um partido político com abrangência apenas naquela região. Como não dispõe de capital para bancar suas atividades, o grupo conseguiu com uma empresa canadense, sediada em Montreal, sem qualquer representação no Brasil, o custeamento de todas as despesas mensais, por apoiar as ideias a serem defendidas pelo futuro partido.

De acordo com o previsto na CF, o plano desse grupo seria possível?

Não, o plano para criar o partido político, nos moldes do enunciado, não seria constitucional, uma vez que a CF estabelece que os partidos políticos:

- a) devem possuir caráter nacional (art. 17, I) e, assim, o partido não poderia ter repercussão apenas na região nordeste.
- b) não podem receber recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes (art. 17, II), ou seja, o partido a ser criado não poderia ser custeado pela empresa canadense.

3. Os partidos políticos devem obedecer a uma organização pré-definida quanto a sua estrutura interna e quanto à formação e duração de seus órgãos?

Não, pois os partidos políticos **gozam de autonomia**. Aprofundando o tema, a CF/88 assegura aos partidos autonomia para definir sua estrutura interna, regras de escolha, formação e duração de órgãos, organização e funcionamento, além de critérios de escolha e regime de suas coligações (art.17, § 1º).

4. Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, deverão registrar os seus estatutos perante qual órgão?

Tribunal Superior Eleitoral (art.17 § 2º).

5. Complete as lacunas a seguir, a respeito da regra para os partidos políticos terem direito aos recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão (art.17, § 3º):



5.1. De acordo com a CF/88, somente terão direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei, os partidos políticos que ____ (a) ____:

5.1.1. obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, ____ (b) ____ dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de ____ (c) ____ dos votos válidos em cada uma delas; ou

5.1.2. tiverem eleito pelo menos ____ (d) ____ Deputados Federais distribuídos em pelo menos ____ (e) ____ das unidades da Federação.

(a) alternativamente	(b) 3% (três por cento)	(c) 2% (dois por cento)	(d) quinze	(e) um terço
----------------------	-------------------------	-------------------------	------------	--------------

6. É permitida a utilização de organização paramilitares pelos partidos políticos?

Não. É expressamente vedada essa possibilidade (art. 17, § 4º).

7. Ao eleito por partido que não tenha atingido o número mínimo de Deputados Federais para ter acesso aos recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, o que lhe é facultado pela Constituição Federal?

É facultada a **filiação**, sem perda do mandato, a **outro partido** que os tenha atingido (art. 17, § 5º).

8. Qual detentor de mandato eletivo perderá o cargo ao se desligar do partido pelo qual tenha sido eleito?

Os **Deputados Federais, os Deputados Estaduais, os Deputados Distritais e os Vereadores** (art. 17, § 6º). Vale mencionar que são todos cargos eleitos por meio do sistema proporcional, de modo que sua eleição se valeu do quociente eleitoral e partidário.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRINO, Marcelo. DIAS, Frederico. PAULO, Vicente. Aulas de direito constitucional para concursos. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2013.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). A Constituição e o Supremo. 5. ed. Brasília: STF, Secretaria de Documentação, 2016.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 29. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

FURTADO, Lucas Rocha. Curso de direito administrativo. 5. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

LIMA, Gustavo Augusto F. de. Agências reguladoras e o poder normativo. 1. ed. São Paulo: Baraúna, 2013.

LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 40. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.